



A cultura da avaliação inútil e kafkiana - o caso das provas de aferição

A avaliação externa dos alunos de 1º ciclo iniciou-se em 2001 sob a forma de provas de aferição realizadas no final do ciclo, no 4º ano de escolaridade, nas áreas de Português e Matemática.

Com o tempo foram assumindo uma formalidade de exame o que veio a concretizar-se em 2013 com a realização de Provas Finais de Ciclo no 4º ano de escolaridade. Este formato manteve-se entre 2013 e 2015.

Em 2016, a avaliação externa voltou ao formato de Prova de Aferição mas realizada no 2º ano de escolaridade. Porém, assume todas as características técnicas e burocráticas de um exame nacional, desta vez para alunos de 7 anos de idade. Além disso, a formalidade de exame, sem que as escolas alterassem o seu funcionamento e com itens de natureza semelhante às restantes provas de avaliação externa, colocaram os alunos de 7 anos num confronto pouco adequado à sua idade e ao desenvolvimento das aprendizagens para este nível de escolaridade.

As Provas de Aferição de 2º ano, realizadas entre 2016 e 2022 (com interrupção em 2020 e 2021 devido à pandemia), em papel, nas áreas de Português e Estudo do Meio, Matemática, Expressões Artísticas e Educação Física exigiram das escolas um nível de organização que provocou (e provoca) várias perturbações no seu funcionamento, já que todas as restantes atividades deveriam funcionar com normalidade apesar da formalidade de exame que era exigida para a realização das provas.

A idade dos alunos e a precocidade dos seus processos de aprendizagem tornavam duvidosos os resultados apurados, não estando claro que uma avaliação pontual e com este nível de formalidade, forneça indicadores fiáveis, especialmente aos docentes que já conhecem muito bem os seus alunos. Saliente-se que o considerável interesse de motivar as crianças para a aprendizagem com gosto, é um objetivo primordial da escola.

Além disso, colocar alunos do 2º ou 3º ano a efetuar este tipo de provas, não só não permite aferir o que quer que seja, dada a sua idade, como os coloca em situações de ansiedade desnecessárias, condição essa extensível às famílias, nomeadamente às com mais baixo nível de escolaridade.

O formato eletrónico e o ensino que queremos

No início do ano letivo de 2022 e 2023 as escolas foram convocadas para reuniões de preparação de Provas de Aferição em formato digital. Ao longo do processo, as dúvidas foram sendo colocadas e as respostas sempre pouco sustentadas.

Realizar provas de aferição, no 2º ano de escolaridade, em formato digital, coloca questões nada despicientes quer as analisemos do ponto de vista dos alunos, quer do ponto de vista da organização das escolas e dos recursos necessários.

Do ponto de vista dos alunos, mantém-se as regras de formalidade pouco adequadas a alunos tão novos e a avaliação de conhecimentos numa fase em que alguns alunos ainda estão em processos de aprendizagem da leitura muito inicial, com níveis de fluência limitados. Além de



constituir um confronto, a leitura num visor, com necessidade de rolagem das páginas (scroll) para responder às questões, revela-se um requisito pouco razoável nestas idades.

Nas Provas de Aferição 2023, em formato eletrónico, disponibilizadas em 28 de março de 2023 na página do IAVE, são apresentados textos que excedem o visor, e relembramos que os computadores utilizados pelos alunos terão um visor pequeno, e exigem que se faça a rolagem das páginas (scroll) diversas vezes para aceder aos dados necessários às respostas. Apresentam ainda questões em se exige a escrita de texto com o teclado e a realização de um texto final escrito. Na prova de matemática são exigidas a escrita de operações numéricas para demonstrar como se “chegou à resposta”. Claro que esta tarefa poderá ser realizada por escrito, mas este tipo de solicitação torna-se indefensável dado o desenvolvimento dos alunos e escrever adições com o teclado é algo bastante complexo.

Este tipo de questões pressupõem por parte dos alunos competências bastante consideráveis quer no domínio do teclado, quer na capacidade de idealizar o texto e redigir diretamente no teclado de computador, numa fase em que ainda é difícil realizar esta tarefa em papel mantendo a coerência da narrativa. Refira-se ainda como demasiado exigente a resolução de operações utilizando o teclado.

O acesso a meios digitais e as competências do seu uso, apesar de trabalhadas na escola, estão presentes nos alunos em níveis de fluência díspares, com desvantagem para aqueles que, socialmente, não têm acesso ao seu uso noutros contextos, nomeadamente na família. Além de acentuar as desigualdades, pelos diferentes níveis de literacia digital e acesso a dispositivos tecnológicos das famílias, condicionar a elaboração de provas por estes meios afigura-se como uma contrassenso, se tivermos em conta que muitos pais e mães assumem uma luta diária hercúlea precisamente para tentar tirar os filhos e filhas dessas idades da frente dos ecrãs.

Os computadores dos alunos têm apenas um sensor táctil (*touchpad*) para realizar as tarefas e se, mesmo com “rato” algumas se revelam complicadas, desta forma serão mais demoradas e desanimadoras. A proposição, considerada verosímil pelo senso comum, de que as crianças, porque nascidas e contactando desde muito cedo com dispositivos digitais, dominam o seu funcionamento e realizam tarefas com facilidade verifica-se para plataformas intuitivas, mas a experiência demonstra que têm muitas dificuldades em realizar tarefas simples. As provas exigem que os alunos escrevam um nome de usuário (*username*) e duas *palavras passe* (*passwords*) fornecidas pelo professor na altura da realização da prova.

Do ponto de vista das escolas, será necessário garantir que todos os computadores terão bateria suficiente para o tempo de realização da prova, os cabos de alimentação, caso sejam necessários, à disponibilização de internet para todos os alunos, ou a garantia de que todos têm acesso ao código de acesso nos dispositivos de disponibilização de internet individuais (hotspots) e que todos os alunos os saberão utilizar.

Relembra-se que nem todas as escolas têm rede elétrica compatível e nem todos os alunos tiveram acesso ao kit informático, bem como persistem problemas de acesso à internet, havendo assimetrias no país.

Dar como adquirida a aquisição destas competências em alunos desta idade é extremamente exclusivista e potenciador de tensões. Numa prova em que a finalidade primeira será aferir o



desenvolvimento dos conhecimentos dos alunos, o nível de competências digitais é demasiado exigente e mesmo violento para muitos alunos.

Todo esta desproporção de esforço de alunos e das escolas, destina-se essencialmente a avaliar competências digitais, dando ênfase a uma vertente meramente instrumental, num deslumbramento tecnológico que sobrevaloriza o digital, especialmente numa idade em que deve prevalecer a leitura e escrita e o contato psicomotor com o papel e o lápis e a motricidade fina. Uma ferramenta não pode substituir aquilo que é essencial na educação, em termos de desenvolvimento de capacidades.

Urge repensar as provas de aferição

Independentemente de se tratarem de provas eletrónicas ou em papel, a aferição carrega sobre a escola uma enorme carga burocrática, exigindo recursos e procedimentos brutais, completamente desproporcionais e penalizadores, que consomem tempo, sinergias e recursos essenciais ao desenvolvimento das aprendizagens.

Para além da preparação de todo o sistema avaliativo por parte dos Agrupamentos, existe, da parte de muitas escolas e professores, uma preparação ou treino de alunos para as provas, que vai necessariamente ocupar tempos de aprendizagem fundamentais e tidos como importantes pelo próprio ME, devido à recuperação de aprendizagens.

As suas finalidades não estão devidamente comprovadas, em termos de aprendizagem e melhoria das práticas pedagógicas, verificando-se uma desvirtuação dos seus objetivos de acompanhar o sistema. Não há melhoria de recursos para as escolas face à análise dos resultados e persistem dúvidas sobre se representam uma mais valia real para os professores, quando são eles quem conhecem os seus alunos e ajustam a sua prática de forma contínua.

A aferição e os exames têm de ser seriamente repensados e não podem constituir-se numa forma de retroalimentar a sua própria necessidade de existência, quando se defende uma avaliação contínua e diversificada. Não é solução substituir os exames por provas de aferição nacionais, mantendo um sistema meramente instrumental, focado em resultados e que se mobiliza, de forma perversa, para preparar o acesso ao ensino superior, em vez de se centrar em desenvolver aquilo que realmente importa nos alunos.

É necessária coragem para acabar com os exames e provas de aferição e repensar o sistema, adotando, quanto muito, uma aferição por amostragem rotativa, que permita um retrato da situação, fornecendo aos docentes indicadores nacionais, mas o essencial é saber confiar na capacidade autónoma de avaliar dos professores, bem como nos processos de avaliação das escolas e no seu trabalho de desenvolvimento e melhoria das aprendizagens.

Grupo Trabalho Educação do Bloco de Esquerda

12 de maio de 2023